



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 33119/23

RUBRICA:                      FOLHA: 22

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 06 de dezembro de 2023

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, de acordo com solicitação feita pela Sra. Camila Bergamo, insta esclarecer o que segue:

1. A Sra. Camila Bergamo alega que a fixação do DOT inferior a 06 meses, como parâmetro editalício, é arbitrária, não possuindo respaldo técnico-científico como garantidor de qualidade e durabilidade de pneumáticos.

Quanto a esta alegação a mesma não se sustenta, pois, essa exigência tem o fito de demonstrar a preocupação da municipalidade com o seus servidores e usuários de veículos oficiais, bem como pedestres e demais condutores de forma geral, que utilizarão direta ou indiretamente os insumos pretendidos no atual certame, evidenciando assim sua preocupação com o interesse público, não permitindo que o município faça a aquisição de pneus com a data de fabricação muito além data de entrega, visto que por vezes, em vista da necessidade de permanecerem em estoque da própria prefeitura, poderão ter seu prazo de garantia ultrapassado, configurando razão suficiente, inclusive, a obstar o pagamento de eventuais seguros, pois somos sabedores que, em caso de acidente, um dos itens avaliados pelas seguradoras é o tempo de vida do pneu utilizado no veículo.

Seria negligência da municipalidade colocar a vida de servidores municipais em risco somente por querer valorizar o princípio da economicidade.

A própria impugnante, em sua peça, referencia posicionamento da Associação Brasileira de Indústrias Pneumáticas, para quem "*Os pneus não têm prazo de validade e sim a garantia contratual oferecida pelos*

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*fabricantes, que normalmente é de cinco anos a partir da data da nota fiscal de compra do pneu ou da data de compra do veículo novo"*

Então, cabe aos gestores municipais garantir que essa garantia não seja extrapolada, criando parâmetros mínimos, conforme exigido em nosso edital.

Entendemos que tal exigência é mais que necessária, garantindo a compra de pneus com maior qualidade tendo sido recém fabricados, do contrário, em caso do DOT ser de inferior a doze meses, como requer a impugnante, a administração corre o risco de adquirir pneus de ponta de estoque, ou pneus que estejam estocados a certo tempo nas distribuidoras. É sabido que pneus estocados em condições irregulares, poderão sofrer danos e deformações, comprometendo a qualidade do bem, além de comprometer a segurança do usuário final, neste caso veículos como ambulâncias, que transportam pacientes de toda a rede municipal.

Importante ainda ressaltar, que os itens são de alto custo, outro motivador, que faz com que a administração municipal se cerque de cuidados, visando adquirir produtos com o maior tempo de vida útil possível.

O tema em tela já fora debatido em diversos Tribunais de Controle Externo, sendo inclusive tal exigência pacificada nos mesmos.

Entre diversas manifestações exauridas sobre o tema, podemos destacar o posicionamento do Tribunal de Contas do Paraná:

*"Segundo o TCE-PR, são válidas as exigências de certificação do Instituto Nacional de Meteorologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais; prazo de garantia de cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança; prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega; certificação do Instituto Brasileiro do Meio*

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>





Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável; e apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório”<sup>1</sup>*

O Tribunal Pleno da mesma Corte de Contas cita no Acórdão n. 4932/14 que:

*“(...) Nesse sentido, a instrução da unidade técnica (Instrução n. 48/14, peça 28):*

*É mais vantajoso para o Município adquirir pneus com maior tempo de vida útil possível ainda mais quando um pneu possui um prazo de validade de 5 (cinco) anos.*

*Assim, não é vantajoso adquirir pneus com a data de validade próxima a ser expirada. (...)*

*Deve-se levar em conta, ainda, que além do aspecto da vantajosidade (custo-benefício) e economicidade (pagar um produto que será de maior tempo possível de vida útil), a compra de pneus está relacionada com a segurança daqueles que utilizam dos veículos que terão pneus adquiridos.*

*Daí a razoabilidade em se estabelecer algum critério de data de fabricação com vista a que a compra seja mais vantajosa possível que o produto tenha maior tempo de vida útil possível.*

A Corte de Contas Catarinense já emitiu parecer a cerca da questão, inclusive em representação aviada pela própria impugnante (Processo REP n. 19/00041267), da Relatoria do Conselheiro Cesar Filomeno, na qual em despacho restou consignado:

*(...) Com efeito, em diversas oportunidades o Tribunal já se pronunciou favorável à cautelar, quando presentes mesmas exigências editalícias*

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*apontadas. Não obstante, em 12 de dezembro de 2018, o Tribunal de Pleno referendou a Decisão n. 1114/20182 desta relatoria [referindo-se ao Processo REP 18/00843302, do TCE/PR] que revogou medida cautelar concedida para sustar procedimento licitatório em que o edital trazia como exigência data e fabricação igual ou superior a 2018.*

*O fundamento adotado para a Decisão foi de que a imposição não violaria a competitividade, pois a data de fabricação dos pneus seria verificada somente quando da efetiva entrega, mitigando os efeitos da exigência.*

*Também foi utilizado como argumento para a revogação as razões do Acórdão 1045/2016 [referindo-se ao processo n. 1006662/14, do TCE/PR] do Tribunal de Contas do Paraná, onde **restou assentado que a aquisição de pneus fabricados a menos tempo visa atender ao princípio licitatório da proposta mais vantajosa para a Administração.** Na oportunidade, o Tribunal de Contas do Paraná encaminhou recomendação a 52 municípios, para considerar válida a exigência de prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses [http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2016/3/pdf/00290344.pdf].*

**De fato, quanto menor o tempo de fabricação, menos tempo o produto ficou estocado ou submetido a questões climáticas, o que, em tese, confere-se maior qualidade e vida útil.**

*Fundamental esclarecer, que o tratamento isonômico a que se presta a licitação tem por objetivo **assegurar a proposta mais adequada, com maior vantajosidade à Administração, e por consequência, à coletividade, e não atender a interesses particulares e um ou outro licitante.** (grifo nosso)*

Esclarecemos ainda que a exigência editalícia, encontra amparo na Lei de Licitações e Contratos, a qual dispõe em seu art. 15, I, *in verbis*:

*Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:*

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>





Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica **e garantia oferecidas**. (grifo nosso).*

Nesta mesma esteira a Corte de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Processos n. 024321-0200/21-5) e o Ministério Público de Contas (Parecer MPC n. 14474/2021) também já se manifestaram favoráveis quanto a exigência do DOT não superior a seis meses.

Mais precisamente o MPC diz:

*(...) mantendo-se unicamente a exigência de data de fabricação (DOT) não superior a seis meses, a qual **os Órgãos Técnicos entenderam como regular e de acordo com o interesse público** (grifo nosso).*

2. A impugnante questiona às fls. 08 que o a exigências mínimas para aceitabilidade da proposta, quanto a classificação dos pneus demonstrada no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), através dos índices obtidos e demonstrados através da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) regulamentada pela portaria INMETRO 544/2012.

De início, equivocadamente, a impugnante usa como fundamentação uma portaria que foi revogada em 14 de setembro de 2021 pela portaria n. 379, ou seja, o texto disposto na portaria 544/2012 não tem mais validade.

Importante ressaltar que a portaria 379/21, possui a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento Consolidado para Pneus Novos, na forma dos Regulamentos Técnicos da Qualidade, dos Requisitos de Avaliação da Conformidade e das Especificações

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

PROCESSO: 33119/23

RUBRICA: 

FOLHA: 27

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

para o Selo de Identificação da Conformidade, fixados, nos Anexos I, II, III, IV e V desta Portaria.

Art. 2º Os Regulamentos Técnicos da Qualidade, estabelecidos nos Anexo I, II e III desta Portaria, determinam os requisitos, de cumprimento obrigatório, referentes à segurança e desempenho do produto.

Art. 3º Os fornecedores de pneus novos deverão atender integralmente ao disposto no presente Regulamento.

Art. 4º O pneu novo objeto deste Regulamento, deverá ser fabricado, importado, distribuído e comercializado, de forma a não oferecer riscos que comprometam a segurança do usuário, independentemente do atendimento integral aos requisitos ora publicados.

§ 1º Aplica-se o presente Regulamento aos pneus novos destinados a **motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros, inclusive os de uso misto e rebocados, veículos comerciais, comerciais leves e rebocados.** (grifo nosso)

Vale destacar que os itens destinados ao uso através máquinas e veículos agrícolas, estão isentos de apresentação de etiquetagem ENCE, cumprindo diretrizes das legislações e regulamentações vigentes.

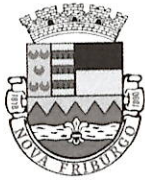
A mesma alega ainda, que *"raramente são encontrados pneus que atendam a escala de desempenho A, B ou C, sendo que sequer os pneus de fabricação nacional apresentam"*

Primeiramente, é importante pontuar que foi exigido índices A, B ou C para aderência ao molhado e rolamento.

A empresa apresenta em seu exemplo às fls. 10 o pneu do TIPO 175/70 R13, todavia, é importante ressaltar que praticamente TODAS as fabricantes de

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

pneus possuem duas linhas de fabricação, que varia de acordo com os compostos que são empregados na fabricação do insumo, e, de acordo com tais compostos, que é possível distinguir entre pneus PREMIUM ou se da chamada "segunda linha", que diferem entre si em relação aos índices de qualidade, índices esses aferidos nos termos da portaria INMETRO n. 379 de 2021, que trata da etiquetagem ENCE. Pneus com classificação A em relação a aderência ao molhado, são muito mais efetivos que pneus com classificação E ou F.

Cumpre ressaltar que a cidade de Nova Friburgo é uma das cidades com um dos maiores índices pluviométricos do Brasil, segundo levantamento realizado recentemente pela UFPB, somente no último ano, o índice pluviométrico ficou em 3.185,7mm, de acordo com dados disponibilizados em <https://oglobo.globo.com/um-so-planeta/as-cinco-cidades-do-brasil-onde-mais-choveu-as-mais-secas-de-2020-25014778>, razão mais que suficiente para justificar a classificação pretendida nos itens da presente licitação.

No mais a informação da empresa de que nenhuma marca atende a especificação do edital, a mesma não se sustenta, e iremos exemplificar:

ITEM 01 - 175/70 R13, modelos que atendem aos requisitos:



Classificação de aderência ao molhado: C

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 33119/23

RUBRICA:  FOLHA: 26

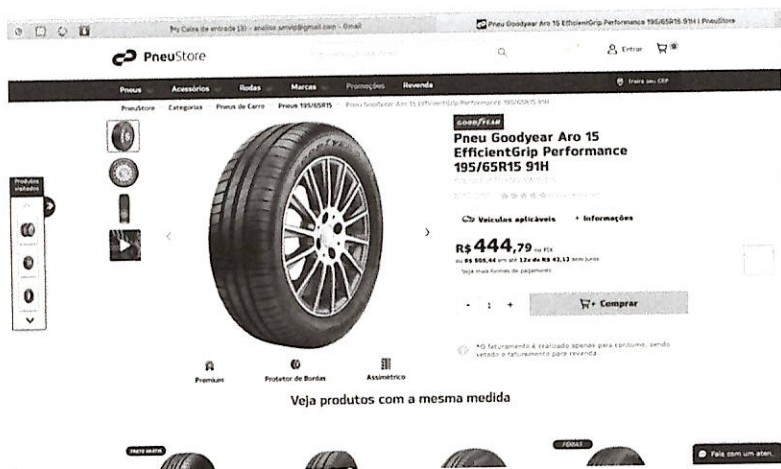
Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

C

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/passeio/produto/pneu-continental-aro-13-powercontact-2-175-70r13-82t-10120125>

ITEM 08 – PNEU 195/65 R 15, modelos que atendem aos requisitos:



Classificação de aderência ao molhado: C

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

C

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-goodyear-aro-15-efficientgrip-performance-195-65r15-91h-10130127>

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>





**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

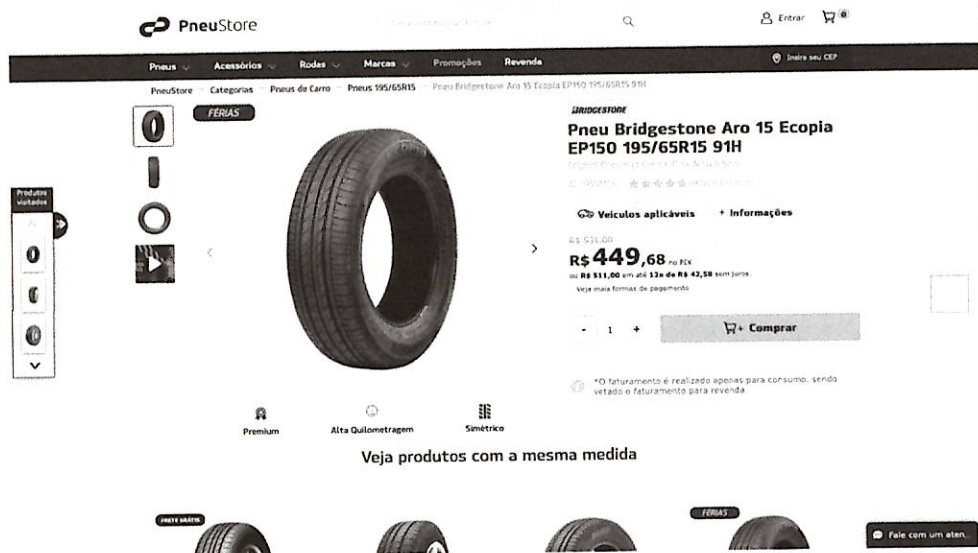
Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados



Classificação de aderência ao molhado: C

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível): C

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-pirelli-aro-15-cinturato-p1-ka-195-65r15-91h-10070377>



Classificação de aderência ao molhado: C

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

B

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 33119/23

RUBRICA: 1 FOLHA: 33

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-bridgestone-aro-15-ecopia-ep150-195-65r15-91h-10100108>



Classificação de aderência ao molhado: A

Índice de Resistência ao Rolamento (eficiência em consumo de combustível):

B

Disponível em: <https://www.pneustore.com.br/categorias/pneus-de-carro/pneus-195-65r15/produto/pneu-michelin-aro-15-primacy-4-195-65r15-91h-10110161>

Ou seja, está mais que comprovado que as marcas possuem sim, itens que atendem de forma satisfatória a todas as descrições do edital.

De forma complementar, é importante ressaltar que itens em que entendemos que as especificações iriam de fato frustrar o caráter competitivo do certame, as especificações foram revistas e ampliadas, conforme o caso dos itens 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40.

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Ainda sobre o tema, o mesmo já tem jurisprudência em julgado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Carina, através da representação 21/00507308, que foi anexada na íntegra aos autos, mas que iremos destacar algumas partes relevantes, sobre o tema da etiqueta ENCE:

*No entanto, segundo texto abaixo, as etiquetas se tornaram obrigatórias para todos os pneus novos radiais de passeio e para veículos comerciais, importados ou nacionais:*

*Saiba decifrar as informações técnicas*

*Todos trazem uma etiqueta do Inmetro com classificações de performance que ajudam a escolher qual modelo comprar*

*Por Diogo de Oliveira*

*01/12/2019 11h50 Atualizado há 6 meses*

*Faz pouco mais de um ano que a etiquetagem de pneus passou a ser efetivamente notada pelos consumidores brasileiros. Os primeiros modelos com selo do Inmetro chegaram ao mercado entre 2015 e 2016, mas só em abril de 2018 as etiquetas se tornaram obrigatórias para todos os pneus novos radiais de passeio e para veículos comerciais, importados ou nacionais.*

*E isso vem mudando a forma de consumi-los. Se antes existia pouca (ou nenhuma) informação técnica, agora há três notas que mostram a performance em piso molhado, no consumo de combustível e no ruído.*

*[...]*

*Na prática, a etiqueta do Inmetro é uma réplica do modelo europeu. O selo contém graduações de A a G, sendo as primeiras referentes ao melhor desempenho. Com base nessas notas, o consumidor pode decidir que critério priorizar — se quer um pneu que ajuda a poupar combustível (menor resistência à rolagem) ou com maior aderência em pista molhada.*

*“Hoje é possível fazer a análise na hora da compra. Os pneus têm similaridade muito grande na aparência, e o consumidor não tinha como distinguir os modelos”, endossa Fernando Peixe, líder de marketing de pneus de passeio da Goodyear. Entretanto, mesmo com os três indicadores ainda há casos que geram dúvidas. Por que, por exemplo, um pneu considerado “caro” pode ter notas baixas em consumo e ruído?*

*Para Sergio Kina, gerente técnico do Instituto da Qualidade Automotiva (IQA), que atua ao lado do Inmetro na certificação das etiquetas, a questão do preço é natural do mercado. “As empresas competem entre si e o custo é um fator de atração. Mas é importante lembrar que não existe milagre. Se tem um pneu ‘nota A’ e outro com a mesma graduação que custa um terço do valor, é preciso ficar atento à pirataria”, aponta. “Por isso é essencial ter a etiqueta”, completa.*

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA

### Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

O selo brasileiro só não mostra o quanto dura cada pneu. O Inmetro não adotou o indicador de desgaste (Treadwear). O índice é uma referência criada nos Estados Unidos para a durabilidade, mas não representa exatamente o quanto um modelo é capaz de rodar, já que a vida útil depende de diversos fatores. Esse índice é calculado com base no desgaste apresentado em um teste que consiste em rodar 15.500 km (9.600 milhas) em velocidade constante e sobre o mesmo piso. Mas embora deva o Treadwear, a indústria acredita que o mercado amadureceu com a etiquetagem. "O regulamento definiu limites mínimos de performance para cada um dos três critérios e permite apenas a entrada de produtos que atendam a esses limites", valoriza Klaus Curt Muller, presidente executivo da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (Anip).

(Fonte: [autoesporte.globo.com/carros/noticia/2019/12/os-pneus-novos-temuma-nota-saiba-decifrar-informacoes-tecnicas.shtml](http://autoesporte.globo.com/carros/noticia/2019/12/os-pneus-novos-temuma-nota-saiba-decifrar-informacoes-tecnicas.shtml))

Também cita-se o recente texto sobre a etiqueta:

A nota etiqueta

A nova etiqueta segue 3 critérios estabelecidos pelo INMETRO:

Etiquetagem de pneus:

Resistência ao rolamento: são sete níveis, sendo que a nota A indica os modelos que economizam mais combustível.

Aderência em piso molhado: também em sete níveis, com a nota A oferecendo a melhor aderência na água.

Nível de ruído externo: é expresso em decibéis, com divisão em três níveis. São eles: uma onda (até 69 dB), duas ondas (70 a 72 dB) e três ondas (acima de 72 dB).

Selo Conpet: mostra que o pneu atende a todas as normas do Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural.

(Fonte: <https://quattrorodas.abril.com.br/auto-servico/entenda-comofunciona-a-nova-etiquetagem-de-pneus/> por Gustavo Henrique Ruffo  
Atualizado em 3 Maio 2021, 10h06 - Publicado em 31 mar 2016, 13h05)

Sobre a representação 21/00507308, em que se é questionado o critério de aceitação baseado na etiqueta ENCE, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina assim decidiu:

"Quanto ao previsto no item 15.3.1 do Anexo "A" do Edital, cabe anotar que classificação vai do nível "A", sendo nível mais eficiente, até "E", representando o índice menos eficiente em

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
I N F R A E S T R U T U R A  
E L O G Í S T I C A

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

aderência, assim a exigência de no mínimo "C", que está meio da classificação, **é uma exigência razoável.** Diante disto, a representante **não tem razão quanto à etiqueta prevista** no item 15.3 do Anexo "A" do Edital."

Sendo assim, entendemos que não assiste razão a impugnante, pois, essa exigência tem o fito de demonstrar a preocupação da municipalidade com o seus servidores e usuários de veículos oficiais, bem como pedestres e demais condutores de forma geral, que utilizarão direta ou indiretamente os insumos pretendidos no atual certame, evidenciando assim sua preocupação com o interesse público, permitindo que o município faça a aquisição de pneus de melhor qualidade, e dentro das necessidades peculiares desta administração municipal.

3. Quanto a apresentação, o Termo de Referência, em seu item 6.2 contempla a apresentação de catálogos, as amostras só serão apresentadas, caso as informações contidas em catálogos não suprirem as informações técnicas dispostas nos descritivos, a Subsecretaria se resguarda ao direito de solicitar amostras. Sendo assim, entendemos que a apresentação de catálogos já foi atendida por esta requisitante

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões técnicas, interpostas pela impugnante, restando apenas o questionamento a cerca da Lei 123/06, no mais, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa  
Subsecretário de Manutenção  
de Veículos Leves e Pesados  
Mat. 105.871

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



PROCESSO Nº 33119  
DATA 07/12/23  
35 Rubrica Felipe

Processo: 33119/2023

Requerente: Camila Paula Bergamo

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 230 de 2023 - Processo Licitatório n. 18520/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

## I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 04/12/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 230 de 2023 - Processo Licitatório n. 18520/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de pneus para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 07 de dezembro de 2023.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/19, a existência de cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, eis que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo nacionais, requerendo que (1) passe a constar o DOT de 12 (doze) meses, (2) deixe de exigir a etiquetagem para os pneus dos itens que não possuem, (3) seja permitida a apresentação de catálogos ao invés de amostras, (4) seja retificado o edital de acordo com a legislação no que concerne aos limites estabelecidos pela cota reservada de até 25% para ME/EPP, (5) seja exigido que as licitantes participantes do certame utilizando-se dos benefícios da LC n. 123/2006 apresentem, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de faturamento dos últimos 12 (doze) meses.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 21, encaminhou os autos à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística para pronunciamento de ordem técnica, na forma do item 29.5 do edital.

A Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em manifestação de fls. 22/34, afirma que não assiste razão à impugnante e que foram elucidadas todas as questões técnicas, rebatendo todos os pontos impugnados pela mesma.

Q.





Por fim, encaminhou os autos a esta Procuradoria-Geral para manifestação acerca do questionamento sobre a LC n. 123/2006.

É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 04/12/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 11/12/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Pois bem. Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.*

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.



Neste ponto, verifica-se que a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, em manifestação de fls. 22/34, respondeu todos os pontos técnicos impugnados, negando provimento à impugnação.

Quanto ao requerimento da empresa de que seja retificado o edital de acordo com a legislação no que concerne aos limites estabelecidos pela cota reservada de até 25% para ME/EPP, bem como exigido que as licitantes apresentem, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de faturamento dos últimos 12 (doze) meses, necessário se faz tecer algumas considerações.

Inicialmente, vale transcrever o teor do art. 48 da LC 123/2006, que dispõe sobre os critérios para que seja concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte:

*Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:*

*I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);*

*II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;*

*III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.*

Como se pode ver, trata-se de obrigação da Administração pública o estabelecimento de cota de até 25% do objeto de natureza divisível para contratação de ME, EPP e Equiparadas.

Quanto ao percentual, de fato, a referida Lei possibilita ao administrador a opção de escolha, podendo ser de até 25%.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná assim se manifestou no Acórdão n. 477/21-Tribunal Pleno<sup>1</sup>:

*PROCESSO Nº: 114494/20 ASSUNTO: CONSULTA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE LONDRINA INTERESSADO: MARCELO BELINATI MARTINS RELATOR: CONSELHEIRO ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO ACÓRDÃO Nº 477/21 - TRIBUNAL PLENO Consulta. Microempresa e empresa de pequeno porte. Cota de até 25%. Art. 48 da Lei n.º 123/06. Prejulgado n.º 27-TCE/PR. Favorecimento. Percentual inferior motivado nas causas do art. 49 do citado diploma legal.*

<sup>1</sup> <https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2021/3/pdf/00355147.pdf>





I – RELATÓRIO Trata-se de Consulta apresentada por MARCELO BELINATI MARTINS, Prefeito do MUNICÍPIO DE LONDRINA, que formula os seguintes questionamentos:

[...]

Logo, responde-se o questionamento do Consulente nos seguintes termos:

1. Considerando o texto do artigo 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/06 que estabelece a obrigatoriedade de reserva de cota de ATÉ 25% e na redação do Prejulgado 27 e do Acórdão nº 2122/2019 consta a obrigatoriedade de reserva de cota DE 25%, existe impedimento para a Administração Pública adotar a reserva de cota de até 25%, analisando individualmente o objeto de cada contratação, de forma a buscar um melhor percentual de aplicação de acordo com a realidade de mercado? Sim, **pode a Administração adotar a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), porém, desde que analiticamente fundamentada nas situações do art. 49 da Lei Complementar n.º 123/06, sob pena de se esvaziar o fomento que ambiciona o espírito da mencionada norma.**

[...]

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, VOTO pelo CONHECIMENTO da presente Consulta e, no mérito, pela RESPOSTA dos questionamentos, no sentido de que **pode a Administração adotar a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), porém, desde que analiticamente fundamentada nas situações do art. 49 da Lei Complementar n.º 123/06, sob pena de se esvaziar o fomento que ambiciona o espírito da mencionada norma.**

Portanto, conclui-se que é possível a fixação de cota reservada à microempresas e empresas de pequeno porte em percentual menor que 25% (vinte e cinco por cento), com fundamento no art. 49 da Lei Complementar n. 123/06, desde que devidamente justificado nos autos do procedimento licitatório.

Ou seja, a regra é a concessão de cota reservada no percentual de 25%, configurando exceção a possibilidade de fixação de percentual menor, como requer a impugnante.

Trata-se de decisão discricionária do administrador, não cabendo a esta assessoria jurídica adentrar no mérito administrativo.

Quanto ao requerimento da impugnante de que seja exigido que as licitantes participantes do certame utilizando-se dos benefícios da LC n. 123/2006 apresentem, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de faturamento dos últimos 12 (doze) meses, s.m.j, não se demonstra necessário, uma vez que, de acordo com o Anexo IV do Edital (Declaração Unificada), a licitante deve declarar, “**sob as penas do art. 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem como que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação**”.



Por fim, considerando que as demais questões impugnadas de natureza técnica foram analisadas e respondidas pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados (fls. 22/34), cuja análise foge à expertise e atribuição desta pasta jurídica, conclui-se pela improcedência da impugnação.

### III - DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados** para ciência e providências que julgar cabíveis.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de dezembro de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

Carlos Eduardo V. N. da Veiga  
Subprocurador de Processos  
Administrativos  
Matricula 63347